



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS  
URFBio Triângulo - Núcleo de Apoio Regional de Uberlândia

Parecer Técnico IEF/NAR UBERLÂNDIA nº. 279/2023

Belo Horizonte, 17 de outubro de 2023.

PARECER ÚNICO					
<b>1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL</b>					
Nome: CARLOS ALBERTO SALGADO E OUTROS			CPF/CNPJ: 146.572.791-49		
Endereço: RUA ARLINDO VILELA Nº 257			Bairro: SETOR CENTRAL		
Município: ITUMBIARA	UF: GO		CEP: 75.503-972		
Telefone: (34) 98812-7708 E (64) 98146-1900		E-mail: mbioconsultoriaambiental@gmail.com			
O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel? ( X ) Sim, ir para o item 3      ( ) Não, ir para o item 2					
<b>2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL</b>					
Nome:			CPF/CNPJ:		
Endereço:			Bairro:		
Município:	UF:		CEP:		
Telefone:			E-mail:		
<b>3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL</b>					
Denominação: FAZENDA SÃO JOSÉ DO PARANAÍBA			Área Total (ha): 103,9839		
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): Matrícula 26.984			Município/UF: TUPACIGUARA/MG		
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3169604-C6EA.6E43.3732.4F54.9C6A.9469.D366.B1EA					
<b>4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA</b>					
Tipo de Intervenção		Quantidade		Unidade	
Intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP		0,15		hectares	
<b>5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO</b>					
Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Fuso	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
				X	Y
Intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP	0,15	hectares	22K	717244.03	7952831.27
<b>6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA</b>					
Uso a ser dado a área		Especificação		Quantidade/Unidade	
Infraestrutura		Área útil		0,15 hectares	
<b>7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL</b>					
Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição		Estágio Sucessional (quando couber)		Área (ha)
Cerrado	Cerradão e vereda				0,15
<b>8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO</b>					
Produto/Subproduto	Especificação		Quantidade	Unidade	
Madeira Nativa	madeira		0,68	m³	
<b>1. HISTÓRICO</b>					
Data de formalização/aceite do processo: 04/09/2023					
Data da vistoria: 22/09/2023					

Data de solicitação de informações complementares: 02/10/2023

Data do recebimento de informações complementares: 16/10/2023

Data de emissão do parecer técnico: 17/10/2023

## **2. OBJETIVO**

A intervenção requerida tem por finalidade e objetivo a intervenção em Área de Preservação Permanente (APP) com supressão de vegetação nativa em uma área de 0,15ha, para à implantação de um barramento de água com captação de água (2,0 l/s) para irrigação de horta/jardim em 2,0ha via aspersão convencional para produção e consumo próprio, cujo volume total de madeira a ser suprimida é de 0,68 m<sup>3</sup>.

## **3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO**

### **3.1 Imóvel rural:**

O proprietário Carlos Alberto Salgado e outros, requer uma intervenção em Área de Preservação Permanente com supressão, na Fazenda São José do Paranaíba, lugar denominado "Santo Antônio e Martins", de matrícula 26.984, com área total de 103,9839ha, localizada na zona rural do município de Tupaciguara - MG, que possui cobertura vegetal nativa de 15,74 %. A propriedade está inserida no Bioma Cerrado, com tipologia vegetal de Cerradão e Vereda. Coordenadas geográficas UTM 22K 717.486,43 e 7.952.944,41.

### **3.2 Cadastro Ambiental Rural:**

- Número do registro: MG-3169604-C6EA.6E43.3732.4F54.9C6A.9469.D366.B1EA

- Área total: 104,0052ha

- Área de reserva legal: 5,1937ha

- Área de preservação permanente: 6,5756ha

- Área de uso antrópico consolidado: 89,3767ha

- Área de vegetação remanescente: 5,3693ha

- Qual a situação da área de reserva legal:

( X ) A área está preservada: 5,3693ha

( ) A área está em recuperação:

( ) A área deverá ser recuperada:

- Formalização da reserva legal:

( ) Proposta no CAR ( X ) Averbada ( ) Aprovada e não averbada

- Número do documento:

Cartório de Registro de imóveis de Tupaciguara - MG matrícula nº 26.984 - AV-15

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

( X ) Dentro do próprio imóvel - 5,3693ha

( ) Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

( ) Compensada em imóvel rural de outra titularidade

( X ) Compensada em Unidade de Conservação - 14,6787ha - Unidade de Conservação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, conforme AV- 15 – 26.984.

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal: 03 fragmentos

- Parecer sobre o CAR:

Verificou-se que as informações prestadas no CAR apresentado correspondem com as constatações feitas através de imagens de satélites do imóvel. A localização e composição da Reserva Legal estão de acordo com a legislação vigente para fins de deferimento das intervenções requeridas.

## **4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA**

A intervenção ambiental requerida tem por finalidade e objetivo a intervenção em Área de Preservação Permanente (APP) com supressão de vegetação nativa em uma área de 0,15ha, para à implantação de um barramento de água com captação de água (2,0 l/s) para irrigação de horta/jardim em 2,0ha via aspersão convencional para produção e consumo próprio, cujo volume total de madeira a ser suprimida é de 0,68 m<sup>3</sup>, na propriedade Fazenda São José do Paranaíba, lugar denominado "Santo Antônio e Martins", de matrícula 26.984, com área total de 103,9839ha, localizada na zona rural do município de Tupaciguara - MG. Foi apresentado um PTRF como medida compensatória da intervenção em APP.

Taxa de Expediente APP com supressão: R\$ 629,61 - 03/07/2023

Taxa Florestal Madeira : R\$ 32,02 - 03/07/2023

Número do recibo do projeto cadastrado no Sinaflor: 23121063

#### **4.1 Das eventuais restrições ambientais:**

- Vulnerabilidade natural: Muito Baixa a Baixa
- Prioridade para conservação da flora: Muito Baixa a Alta
- Prioridade para conservação conforme o mapa de áreas prioritárias da Biodiversitas: Fora de área prioritária
- Unidade de conservação: não
- Áreas indígenas ou quilombolas: não
- Outras restrições: [Ex.: Art. 11 da Lei 11.428 de 2006, Art. 25 da Lei 11.428 de 2006]

#### **4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:**

- Atividades desenvolvidas: Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura
- Atividades licenciadas: Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura
- Classe do empreendimento:
- Critério locacional: 0
- Modalidade de licenciamento: Não passível
- Número do documento: Não se aplica

#### **4.3 Vistoria realizada:**

Foi realizada vistoria em campo no dia 22/09/2023. Fui acompanhada da Servidora Helene Luiza Pereira. Foi possível verificar que a intervenção em APP com supressão em uma área de 0,15ha se faz necessária para a implantação do barramento para expansão das atividades pretendidas (horta e jardim) irrigada. Foi possível verificar na área pretendida da intervenção a presença de gramíneas, braquiária e pequenos arbustos.

#### **4.3.1 Características físicas:**

##### **4.3.1 Características físicas:**

- Topografia: Possui topografia plana a suave ondulada.
- Solo: - Solos latossolos vermelhos distróficos.
- Hidrografia: A propriedade está inserida na Circunscrição Hidrográfica da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba– PN3, e tem como afluente o córrego Grande ou Lajeado.

##### **4.3.2 Características biológicas:**

- Vegetação: A Fazenda São José do Paranaíba, lugar denominado “Santo Antônio e Martins” encontra-se no Bioma Cerrado, e sua vegetação é característica de fitofisionomia de Cerradão e Vereda.
- Fauna: A fauna local é composta principalmente por mamíferos, aves e répteis, destacando-se entre os mamíferos, veados, tamanduás, lobos guará e tatus.

#### **4.4 Alternativa técnica e locacional:**

Conforme descrito nos estudos apresentados, vistoria em campo e imagens de satélite, o local requerido para a intervenção em APP com supressão de uma área de 0,15ha é a melhor alternativa pois o local já foi outorgado pela URGa Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba para a captação em barramento em curso de água, com regularização de vazão, conforme Portaria de Outorga nº 01377/2020, Processo 13953/2016 concedida em 12/09/2020.

Na área a ser intervinda os impactos ambientais serão menores pela existência apenas de braquiárias, gramíneas e pequenos arbustos, e a intervenção se caracteriza por ser uma atividade de baixo impacto e interesse social, conforme Art.3º, Inciso II e III da Lei 20.922/2013

## **5. ANÁLISE TÉCNICA**

Através das informações prestadas nos estudos, vistoria em campo e conforme imagens de satélites e a utilização de ferramentas disponíveis no sistema IDE-SISEMA não há restrições para a intervenção em APP com supressão de uma área de 0,15ha, haja visto não existir alternativa técnica locacional e o mesmo ser considerado de interesse social e atividade de baixo impacto, conforme preconiza artigo 3º da Lei 20922/2013.

- Art 3º - II - alínea g: "a implantação da infraestrutura necessária à acumulação e à condução de água para a atividade de irrigação e à regularização de vazão para fins de perenização de curso d'água";
- Art 3º - III - alínea g: "a implantação de instalações necessárias à captação e condução de água e efluentes tratados, desde que comprovada a regularização do uso dos recursos hídricos ou da intervenção nos recursos hídricos";

A intervenção se faz necessária para a implantação de um barramento de água com captação de água (2,0 l/s) para irrigação de horta/jardim em 2,0ha via aspersão convencional para produção e consumo próprio. Na área a ser intervinda os impactos ambientais serão menores pela existência apenas de braquiárias, gramíneas e pequenos arbustos.

O explorador apresentou um Projeto Técnico de Recomposição da Flora - PTRF como medida compensatória da intervenção em APP com supressão.

#### 5.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

Impactos Ambientais	Medidas Mitigadoras ou Potencializadoras
Remoção da Vegetação	Orientar o processo de supressão de modo a reduzir os impactos sobre a flora e a fauna. Retirar o mínimo de vegetação possível, somente as espécies levantadas no projeto e autorizadas pelo órgão ambiental competente; Elaborar e executar o Projeto Técnico de Reconstituição da Flora em área equivalente a suprimida em APP e Reserva Legal. Controlar processos erosivos e assoreamento
Perda da biodiversidade local	Garantir a conservação da flora e fauna
Geração de Resíduos	Estabelecer sistemas de segregação e recolhimento dos resíduos do local. Promover a limpeza do local. Buscar sempre gerar a menor quantidade de resíduo possível

#### Exemplo de medidas mitigadoras:

- Implantar curvas de nível e controle de processos erosivos,
- Proteção das áreas de preservação (APP e reserva legal) existentes na propriedade.
- Executar medidas físicas e vegetativas gerais de controle erosivo.
- Manter e preservar espécies protegidas por Lei

### 6. CONTROLE PROCESSUAL

#### I. Relatório:

1 - Dispõe o presente parecer sobre a análise jurídica do requerimento de intervenção ambiental (DAIA) protocolizado pelo Empreendedor **Carlos Alberto Salgado e outros** conforme consta nos autos, para intervenção em APP com supressão de vegetação nativa em 0,15ha na Fazenda São José do Paranaíba, lugar denominado "Santo Antônio e Martins", localizada no município do Tupaciguara/MG, conforme matrícula 26984 do CRI da Comarca de Tupaciguara/MG.

2 – O empreendimento possui área total matriculada de 103,9839ha, possui reserva legal preservada, averbada, informada no CAR.

3 – A intervenção requerida tem por finalidade a implantação de um barramento para captação de água para irrigação de horta/jardim via aspersão convencional para produção e consumo próprio. O empreendimento possui portaria de outorga nº. 01377/2020 vigente.

4 – A atividade desenvolvida no empreendimento nos moldes da DN COPAM nº. 217/17 enquadra-se como não passível de licenciamento ambiental conforme informado no requerimento de intervenção ambiental para as atividades de "culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura".

5 - O processo foi instruído com a documentação necessária à análise jurídica, requerimento, Matrícula, CAR, Planta Topográfica, PIA, estudo de inexistência de alternativa técnica locacional, PTRF, mapas e demais documentos pertinentes, anexados aos autos do processo administrativo.

## II. Análise Jurídica:

6 - De acordo com as informações prestadas, o requerimento é passível de autorização nos seguintes moldes: intervenção em APP com supressão de vegetação nativa em 0,15ha, uma vez que está de acordo com as legislações ambientais vigentes. Lembrando que a propriedade encontra-se no bioma cerrado e fitofisionomia de cerradão e vereda, fora de área prioritária para conservação da Biodiversidade e baixa e muito baixa vulnerabilidade natural conforme análise do IDE.

7 - Do ponto de vista jurídico, é cediço que as áreas de preservação permanentes são aquelas protegidas por lei, revestidas ou não com cobertura vegetal, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, de proteger o solo e de assegurar o bem-estar das populações humanas. Assim, diante da singularidade e o valor estratégico das áreas de preservação permanente, tem-se que estas são, em regra, dotadas de intocabilidade, e por isso, seu uso econômico direto é vedado.

8 - Entretanto, a legislação ambiental vigente aponta os casos de flexibilização do uso da área de preservação permanente, conforme disposto na Lei Estadual 20.922/2013, Decreto Estadual 47.749/19 e a DN 236/19. Essas normas estabelecem que a intervenção em APP somente poderá ser autorizada, mediante procedimento administrativo autônomo e prévio, nos seguintes casos: obras decorrentes de utilidade pública, de interesse social ou ações consideradas eventuais e de baixo impacto.

9 - Entende-se por atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental: a) a abertura de pequenas vias de acesso de pessoas e animais, suas pontes e pontilhões; **b) a implantação de instalações necessárias à captação e condução de água e efluentes tratados, desde que comprovada a regularização do uso dos recursos hídricos ou da intervenção nos recursos hídricos;** c) a implantação de trilhas para o desenvolvimento do ecoturismo; d) a construção de rampa de lançamento de barcos e pequeno ancoradouro; e) a construção de moradia de agricultores familiares, remanescentes de comunidades quilombolas e outras populações extrativistas e tradicionais em áreas rurais; f) a construção e manutenção de cercas, aceiros e bacias de acumulação de águas pluviais; g) a pesquisa científica relativa a recursos ambientais, respeitados outros requisitos previstos na legislação aplicável; h) a coleta de produtos não madeireiros, como sementes, castanhas, serapilheira e frutos, desde que de espécies não ameaçadas e imunes ao corte, para fins de subsistência, produção de mudas e recuperação de áreas degradadas, respeitada a legislação específica de acesso a recursos genéticos, bem como os tratados internacionais de proteção da biodiversidade de que o Brasil é signatário; i) o plantio de espécies nativas produtoras de frutos, sementes, castanhas e outros produtos vegetais, desde que não implique supressão da vegetação existente nem prejudique a função ambiental da área; j) a exploração agroflorestal e o manejo sustentável, comunitário e familiar, incluindo a extração de produtos florestais não madeireiros, desde que não descaracterizem a cobertura vegetal nativa existente nem prejudiquem a função ambiental da área; k) a abertura de picada para fins de reconhecimento e levantamentos técnicos e científicos; l) a realização de atividade de desassoreamento e manutenção em barramentos, desde que comprovada a regularização do uso dos recursos hídricos ou da intervenção nos recursos hídricos; m) outra ação ou atividade similar reconhecida como eventual e de baixo impacto ambiental em ato do Conselho Nacional do Meio Ambiente ou do Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam, tudo isso nos exatos termos do art. 3º, inciso III, da Lei Estadual nº 20.922/2013.

10 - Entende-se por **interesse social**: a) as atividades imprescindíveis à proteção da integridade da vegetação nativa, tais como prevenção, combate e controle do fogo, controle da erosão, erradicação de invasoras e proteção de plantios com espécies nativas; b) a exploração agroflorestal sustentável praticada na pequena propriedade ou posse rural familiar ou por povos e comunidades tradicionais, desde que não descaracterize a cobertura vegetal existente e não prejudique a função ambiental da área; c) a implantação de infraestrutura pública destinada a esportes, lazer e atividades educacionais e culturais ao ar livre em áreas rurais consolidadas e em ocupações antrópicas consolidadas em área urbana, observadas as condições estabelecidas nesta Lei; d) a regularização fundiária de assentamentos humanos ocupados predominantemente por população de baixa renda em áreas urbanas de ocupação antrópica consolidada, observadas as condições estabelecidas na Lei Federal nº 11.977, de 7 de julho de 2009; e) a implantação de instalações necessárias à captação e condução de água e de efluentes tratados para projetos cujos recursos hídricos sejam partes integrantes e essenciais da atividade; f) as atividades de pesquisa e extração de areia, argila, saibro e cascalho, outorgadas pela autoridade competente; **g) a implantação da infraestrutura necessária à acumulação e à condução de água para a atividade de irrigação e à regularização de vazão para fins de perenização de curso d'água;** h) outras atividades similares devidamente caracterizadas e motivadas em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional à atividade proposta, definidas em ato do Chefe do Poder Executivo Federal ou Estadual, tudo isso nos exatos termos do art. 3º, inciso II, da Lei Estadual nº 20.922/2013.

11 - Como medidas ecológicas de caráter mitigador e compensatório, o Requerente deverá cumprir as medidas estabelecidas no Parecer Técnico.

12 - Insta ressaltar, que a inexecução total ou parcial das medidas mitigadoras e compensatórias, ensejará sua remessa ao Ministério Público, para execução das obrigações, sem prejuízo das demais sanções legais.

13 - Importante destacar que, de acordo com o que determina o art. 38, parágrafo único, inciso I do Decreto Estadual nº 47.892/2020, o presente processo deverá ser submetido à deliberação e decisão do Supervisor Regional do IEF.

## III) Conclusão:

14 - Ante ao exposto, considerando que o processo fora devidamente instruído e com respaldo no parecer técnico acostado nos autos, o Núcleo de Controle Processual – URFBIO Triângulo, do ponto de vista jurídico, opina favoravelmente à autorização para intervenção ambiental nos seguintes moldes: intervenção em APP com supressão de vegetação nativa em 0,15ha, desde que atendidas as medidas mitigadoras e compensatórias descritas, se houver, e desde que a propriedade não possua área subutilizada ou abandonada (art. 68 Lei Estadual nº 20.922/2013).

**Sugere-se o prazo de validade do DAIA de 3 (três) anos, prorrogável uma única vez por igual período, conforme Decreto Estadual nº. 47.749/19, art. 7º.**

**Ressalta-se que, as autorizações para intervenções em área de preservação permanente passíveis de regularização do uso de recursos hídricos, somente produzirão efeito após sua obtenção.**

Observações:

As motosserras, bem como os demais equipamentos usados (tratores de esteira e similares) para a atividade de exploração deverão estar devidamente regularizadas junto ao IEF. Prazo: Durante a vigência do DAIA.

O transporte do material lenhoso (raízes, lenha, etc) oriundo da exploração somente poderá ser transportado para outro local fora da propriedade acobertado pelo documento ambiental a ser emitido pelo IEF do município no qual se encontra o empreendimento. Prazo: Durante a vigência do DAIA.

Fica expressamente vedada a expansão da intervenção em APP, salvo com autorização expressa do órgão ambiental.

Fica registrado que o presente Parecer restringiu-se a análise jurídica do requerimento de intervenção em APP com supressão de vegetação nativa, com base nas informações técnicas prestadas. Assim, o Núcleo de Controle Processual – URFBIO Triângulo, não possui responsabilidade sobre a análise técnica realizada, bem como a responsabilidade sobre os projetos e programas apresentados nos autos, sendo a execução, operação, comprovação de eficiência e/ou gerenciamento dos mesmos, de inteira responsabilidade do empreendedor, seu projetista e/ou prepostos.

É o parecer, s.m.j.

## 7. CONCLUSÃO

Após análise técnica das informações apresentadas, e, considerando a legislação vigente, opinamos pelo **DEFERIMENTO TOTAL** do requerimento de Intervenção em APP com supressão de vegetação nativa de uma área de 0,15ha, para construção de um barramento pra captação de recursos hídricos para irrigação. O explorador apresentou um Projeto Técnico de Recomposição da Flora - PTRF como medida compensatória da intervenção em APP.

## 8. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

Como medida compensatória pela intervenção em área de preservação permanente com supressão de vegetação nativa de uma área de 0,15ha foi apresentado um PTRF. A compensação pela intervenção será na proporção de 1:1 e se dará na forma de regeneração natural e enriquecimento, serão plantadas mudas de espécies nativas, em uma área de 0,15ha, na Área de Preservação Permanente antropizada da propriedade. A compensação foi apresentada em um PTRF e terá sua execução e evolução condicionados nesta autorização.

Coordenadas do PTRF:

X	Y
717240,47	7952767,60
717248,56	7952736,29
717275,03	7952741,74
717271,00	7952758,95
717260,06	7952772,03
717258,55	7952796,62
717232,46	7952796,70

### 8.1 Relatório de Cumprimento de Condicionantes: Não se aplica

## 9. REPOSIÇÃO FLORESTAL

Taxa de Reposição Florestal Madeira: R\$ 20,55 - 26/10/2022

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

- (X) Recolhimento a conta de arrecadação de reposição florestal  
(.) Formação de florestas, próprias ou fomentadas  
(.) Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

## 10. CONDICIONANTES

Executar o Projeto Técnico de Recuperação da Flora – PTRF – apresentado anexo ao processo, na modalidade plantio, como medida compensatória pelas intervenções em áreas de preservação permanente com supressão de vegetação nativa em uma área de 0,15ha, a área do PTRF será de 0,15ha, na proporção de 1:1, em área de APP antropizada da propriedade. O primeiro relatório deverá ser protocolado seis meses após início do PTRF e os demais anualmente por um período de 5 anos.

No caso de empreendimento passível de LAS, descrever ao final do item para constar no documento autorizativo: **esta Autorização para Intervenção Ambiental só é válida após obtenção da Licença Ambiental Simplificada - LAS.**

No SINAFLO, as informações lançadas neste campo deverão ser copiadas e coladas no campo “Medidas Compensatórias” a fim de que sejam impressas no documento autorizativo.

### Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1	Apresentar relatório técnico fotográfico da execução e evolução do PTRF apresentado nos estudos.	6 meses após início do PTRF
2	Apresentar relatório técnico fotográfico da evolução do PTRF apresentado nos estudos.	Anualmente por 5 anos
3		
4		
...		

\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.

### INSTÂNCIA DECISÓRIA

( ) COPAM / URC (X) SUPERVISÃO REGIONAL

#### RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: **Juliene Cristina Silverio Maia**  
MASP: 1.503.538-9

#### RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO

Nome: **Dayane Aparecida Pereira de Paula**  
MASP: 1.217.642-6



Documento assinado eletronicamente por **Juliene Cristtina Silvério Maia, Gerente**, em 07/11/2023, às 15:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Dayane Aparecida Pereira Paula, Servidor (a) Público (a)**, em 07/11/2023, às 15:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **75258617** e o código CRC **5308377A**.